



A FRENTE DE EXPANSÃO NAS FRONTEIRAS DA MODERNIZAÇÃO: CONSIDERAÇÕES SOBRE A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL NA REGIÃO AMAZÔNICA¹

Luciana Dias Gontijo Soares²
Frederico Rodrigues Bonifácio³
Rogata Soares del Gaudio⁴

RESUMO

O presente texto discute o processo de modernização da Amazônia a partir da territorialização do capital, com foco na mobilidade do trabalho. A análise se concentra especialmente na região de Carajás, marcada historicamente por grandes projetos de infraestrutura e mineração, como o Programa Grande Carajás (PGC), a Estrada de Ferro Carajás e rodovias como a Transamazônica. Tais iniciativas inseriram a Amazônia na lógica desenvolvimentista nacional, promovendo a exploração intensiva de recursos naturais e a integração econômica do território. Argumentamos que a força de trabalho foi produzida e mobilizada de forma violenta, por meio de migrações induzidas, expropriação de camponeses e precarização das condições de vida. O estudo evidencia que a modernização amazônica ocorre em meio a tensões entre temporalidades distintas: de um lado, populações tradicionais com modos de vida não mercantis; de outro, a ordem distante do capital global em busca de expansão e/ou mediação de sua crise. Os resultados parciais indicam que a atual fase de investimentos, como o Novo Carajás e a possível exploração de petróleo, reforça contradições históricas e aponta para limites da sociedade do trabalho, na medida em que a automação e o capital fictício reduzem a centralidade da força de trabalho.

Palavras-chave: Amazônia, Modernização, Territorialização do Capital, Mobilidade do Trabalho, Carajás.

ABSTRACT

This text discusses the modernization process of the Amazon stemming from the territorialization of capital, focusing on workforce mobility. The analysis focuses specifically on the Carajás region, historically marked by large infrastructure and mining projects, such as the Grande Carajás Program (PGC), the Carajás Railroad, and highways like the Trans-Amazonian Highway. These initiatives inserted the Amazon into the national developmental logic, promoting the intensive exploitation of natural resources and the economic integration of the territory. We argue that the workforce was produced and mobilized violently, through induced migrations, the expropriation of peasants, and the worsening of living conditions. The study highlights that Amazonian modernization occurs amid tensions between distinct temporalities: on the one hand, traditional populations with non-commodified ways of life; on the other, the distant order of global capital seeking expansion and/or mediation of its crisis. The partial results indicate that the current phase of investments, such as Novo Carajás and the

¹ Agradecemos à CAPES pelo financiamento da pesquisa e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFMG.(PPG-UFMG)

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, lucianageo.gontijo@gmail.com

³ Professor Substituto do Departamento de Geografia da UFMG.

⁴ Professora. Titular do Curso e do Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFMG



possible exploration of oil, reinforces historical contradictions and points to the limits of the labor society, as automation and fictitious capital reduce the centrality of the workforce.

Keywords: Amazonia, Modernization, Territorialization of Capital, Workforce Mobility, Carajás.

INTRODUÇÃO

Em fevereiro de 2025 o presidente Luiz Inácio Lula da Silva esteve nas instalações da empresa mineradora Vale, no município de Parauapebas (PA), para participar do anúncio do Programa Novo Carajás⁵, que prevê o investimento de 70 bilhões de reais em cinco anos (2025-2030) para ampliação das atividades de extração de minério de ferro e cobre na região. Tal programa, inicialmente chamado de Grande Carajás (PGC) e executado na década de 1980, era constituído por três segmentos: minero metalúrgico, agroflorestal e infraestrutural. A implementação do PGC, a partir destes três grandes eixos, faz que com que ele seja uma referência para o estudo da modernização da Amazônia, processo amplo que, a partir do final da década 1960, se caracterizou pela execução de uma série de megaprojetos desenvolvimentistas de integração territorial e econômica, especialmente ligados à infraestrutura viária e de produção de energia. A construção da rodovia Transamazônica, da Estrada de Ferro Carajás e de grandes usinas hidrelétricas, como Tucuruí, são exemplos importantes desse processo.

A industrialização da exploração dos recursos minerais na Amazônia representa um aspecto essencial da modernização: a aceleração do tempo, promovida pela alta tecnologia. Francisco de Oliveira (1994), ao analisar o processo de “Reconquista da Amazônia”, chama a atenção para o papel do Programa Grande Carajás. Segundo ele, a implantação deste complexo minero-industrial significou o encontro e a concorrência desleal entre diferentes temporalidades, ou de concepções axiológicas radicalmente distintas: a da Vale, e aquela da “economia primitiva”, pois “velocidades temporais alarmantemente diferentes, entram em concorrência. A temporalidade da Vale se mede, no máximo, por dois quinquênios, enquanto a da economia primitiva da Amazônia é a de tempos seculares [...]” (OLIVEIRA, 1994, p. 90). A disputa de forças entre os diferentes atores, ele destaca, é imensamente desproporcional, na medida em que, de um lado, se encontram os sujeitos locais representados por indígenas, posseiros, ribeirinhos, seringueiros, castanheiros, pequenos agricultores e, de outro, uma lista de patronímicos do grande capital estatal, multinacional e nacional, tais como Vale do Rio

⁵ <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202502/ao-lado-do-presidente-lula-alexandre-silveira-participa-do-anuncio-de-r-70-bilhoes-de-investimentos-em-mineracao-responsavel-no-para>. Acesso em 13/04/2025



Doce, Eletrobrás, Nippon, Steel, Votorantim, Shell, Alcoa, Alcan, Paranapanema, Hondas, Suzukis, Kawasakis, Agrales, Mondaines, Orient, Seiko, Estrela, Tec Toy. As consequências deste encontro foram, segundo o autor, “a destruição das temporalidades anteriores, o que quer dizer degradação ambiental em sentido amplo e genocídio” (OLIVEIRA, 1994, p.91). Este foi também um encontro entre dois mundos: o da mercadoria, marcado pela lógica da modernização e da exploração da força de trabalho, e o da não mercadoria. Trata-se, assim, da reposição do processo de acumulação primitiva ou de territorialização do capital que, na Amazônia, se intensifica a partir da segunda metade do século XX.

A esta nova temporalidade, se soma uma nova espacialidade. Becker (1990a) analisa que esta expansão da fronteira - um espaço não completamente estruturado, reserva mundial de recursos e organização capitalista inacabada - baseada numa frente de tecnologia avançada e de capital estrangeiro, cria um “espaço transnacional”. Concomitantemente à modernização amazônica, a economia global sofria uma recessão, se afigurando como um dos sintomas da crise da modernização. Um dos objetivos do PGC, segundo a autora, era, justamente, “suprir o país com divisas para superar o período crítico de crise mundial” (BECKER, 1990b, p. 199).

Aos sujeitos evidenciados por Oliveira (1994) - populações locais e empresas multinacionais - acrescentamos os migrantes que, mobilizados de outras regiões do Brasil, especialmente do Nordeste - compuseram grande parte da força de trabalho utilizada na Amazônia. Becker (1990c) considera que a mobilidade do trabalho é condição de constituição da fronteira, que se organiza com trabalho móvel, isto é, a qualidade de “plasticidade” que permite ao trabalhador livre moldar-se às necessidades da produção. Gaudemar (1977), por sua vez, considera que a mobilidade do trabalho é o que possibilita a transformação da força de trabalho em mercadoria, pois é “a condição de exercício de sua ‘liberdade’ de se sujeitar ao capital, de se tornar a mercadoria cujo consumo criará o valor e assim produzirá o capital” (GAUDEMAR, 1977, p. 190).

Neste texto, que faz parte das reflexões iniciais de pesquisa de doutoramento que objetiva compreender as relações entre a mobilidade do trabalho e o processo de territorialização do capital na Amazônia brasileira, trataremos da produção da força de trabalho enquanto mercadoria e de sua utilização e circulação - tanto a circulação geográfica, isto é, as migrações, quanto a circulação social, caracterizada pela monetarização da vida e pela precarização do trabalho. Para tanto, iremos apresentar uma contextualização histórico-geográfica deste processo a fim de que ela possa subsidiar reflexões que contribuam para a compreensão do Brasil na contemporaneidade, uma vez que a Amazônia novamente encontra-



se na ordem do dia dos projetos de desenvolvimento nacional, mesmo que ao nível da totalidade esse desenvolvimento mesmo apareça como impossibilidade.

METODOLOGIA E REFERENCIAL TEÓRICO

A mobilidade do trabalho, enquanto constituída e constituinte da territorialização do capital (BOECHAT, 2022), será a centralidade de nossa análise. Tendo em vista o aspecto espacial desta mobilidade, isto é, as migrações, nosso ponto de partida será um dos elementos concretos e fundamentais desta forma de mobilidade: a estrutura viária. Buscaremos entrelaçar este aspecto do ambiente construído com o aspecto social, isto é, a monetarização e precarização do trabalhador. Nosso recorte analítico será, então, a Amazônia oriental, mais especificamente a região de Carajás. Não se trata, no entanto, de um estudo de caso, mas de compreender por meio da interação entre diferentes escalas, as particularidades locais em suas relações com o processo mais amplo da territorialização do capital ao nível da totalidade. Nos valemos aqui das formulações de Marx, especialmente o livro *I d'O Capital*; de Robert Kurz, mais especificamente em *O Colapso da Modernização*; de publicações de membros do Laboratório de Geografia Urbana (Labur) da Universidade de São Paulo (USP); além de intérpretes do Brasil e da Amazônia brasileira. Também serão considerados decretos-lei e documentos relacionados ao planejamento territorial, como o I Plano Desenvolvimento Nacional (PND) e o Programa de Integração Nacional (PIN).

Para nossa análise tomamos como referência a perspectiva de “pensar andando”, de Lourenço (2017), isto é, a relação dialética entre o empírico e o teórico possibilitada pelas atividades que nos permitiria compreender o processo aqui aludido ao nível da totalidade. Tal incursão já foi iniciada pois, além dos apontamentos teóricos e da contextualização histórica que traremos neste texto, foi realizada uma primeira visita ao município de Parauapebas e à “cidadela” de Carajás. Nela, foi feita a observação das dinâmicas locais, e estabelecidos diálogos não estruturados com alguns moradores. Pretende-se, ainda, realizar outras atividades de campo a fim de aprofundar o conhecimento da área e delimitar os grupos com os quais iremos dialogar de maneira mais intensiva. Também será realizado todo o percurso da Estrada de Ferro Carajás, entre São Luís (MA) e Parauapebas (PA).

RESULTADOS PROVISÓRIOS E DISCUSSÃO

A compreensão da atualidade da modernização na região amazônica não prescinde de termos em conta o processo global da modernização capitalista que, ainda que se particularize nas distintas formas de territorialização do capital, se comunica à totalidade da reprodução capitalista a nível global. Neste nível de análise, compreendemos em consonância com Kurz



(2014), que é preciso distinguir a reprodução do capital - e as crises que esta engendra - nas fases de imposição e de automediação do moderno sistema produtor de mercadorias. Noutros termos, a história da modernização se consubstanciou “perante crises de imposição da lógica do capital, ou seja, fricções que resultam do embate com formas de reprodução pré-capitalistas [...] e na representação pessoal pela qual as mesmas se pautam”. Tais momentos críticos estavam diretamente ligados “à imposição confundem-se com contradições da nova e incipiente lógica do dinheiro, ainda no plano subdesenvolvido da circulação” (KURZ, 2014, p.217).

Tratar dos limites da modernização capitalista significa, também, refletir sobre o papel do trabalho no processo de reprodução do capital, uma vez que, em sua forma especificamente histórica, isto é, não ontológica, o trabalho é uma particularidade histórica do processo de modernização (KURZ, 1993). O capital, em seu processo de territorialização, transforma padrões territoriais em diferentes escalas e mobiliza o trabalho de forma violenta (HEIDEMANN; TOLEDO; BOECHAT, 2014). Analisar as diversas formas de mobilização do trabalho no Brasil a partir da perspectiva de territorialização do capital implica em se ater à formação de diferentes contextos territoriais que particularizam processos diferenciados de formação das categorias fetichistas do capital (BOECHAT, 2022). Nesta linha interpretativa, a mobilização do trabalho seria “uma característica intrínseca ao processo de modernização que destrói a autonomia das sociedades não capitalistas, re-territorializando o seu lugar [...]” (BOECHAT, 2019, p. 1209).

A modernização amazônica passa, também, por uma definição conceitual fundamentada a partir da racionalidade técnica que subsidiou a exploração de “recursos naturais”. Historicamente, esta formulação está relacionada às políticas de planejamento territorial e desenvolvimento regional. A primeira definição legal coincide com a promulgação da lei⁶ de criação da Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), em 1953, e da necessidade de delimitar sua área de abrangência. A “invenção da Amazônia” foi uma “construção geopolítica que visava definir uma área para aplicação de políticas territoriais e econômicas que incorporasse a vastidão norte do território brasileiro ao tecido socioeconômico do País, garantindo, assim, a soberania sobre o território” (IBGE).

Na perspectiva do planejamento, a Amazônia como fronteira remete à ideia de “dois Brasis” e suas dicotomias: litoral-sertão, moderno-arcaico, civilizado-primitivo. Desde o final do século XIX, foram executadas diversas ações políticas de “colonização interna”, isto é, “de imposição violenta da ‘civilização’ por meio de operações de ‘desbravamento’, arquitetadas e

⁶ Trata-se da lei nº 1806, de 06.01.1953.



executadas pelo Estado (SOARES, 2020, p. 172). Se desde o II Império eram realizados debates sobre integração e civilização da nação, estes se materializaram e intensificaram ao longo do século XX. No Estado Novo, por exemplo, foi criada a Fundação Brasil Central (FBC), que tinha como objetivo “providenciar a infraestrutura necessária para a realização da expedição Roncador-Xingu” (SOARES, 2020, p. 175). A FBC compôs a campanha chamada de “Marcha para o Oeste”, que consistiu em “discursos e iniciativas que buscavam ampliar a presença do Estado nos confins do território nacional, fosse por intermédio de empreendimentos colonizadores, pela redefinição oficial de fronteiras ou por meio de projetos de migração controlada” (ibid. p. 897). De acordo com Andrade (2019), o programa Varguista teve a colaboração intelectual de Cassiano Ricardo por meio da obra “Marcha para Oeste”, influenciada pelo artigo *Significance of the frontier in American History*, do estadunidense Frederick Turner, o qual

inaugurou um modo de conceber a história dos Estados Unidos a partir da compreensão da relação dos humanos com o meio natural que ocupam [...]. A fronteira [...] não é compreendida como um limite geográfico, entre países e territórios [...], mas como uma terra livre, em processo de ocupação [...] Cassiano Ricardo utilizou-se da ideia de fronteira como o fio condutor que daria unidade e legitimidade aos projetos de preenchimento de “espaços vazios” do Brasil (ANDRADE, 2019, p. 365-366).

A ideia da Amazônia como fronteira articula-se com o argumento de “vazio demográfico” e com a (in)disponibilidade da força de trabalho. Segundo Almeida (2008), povos indígenas e comunidades tradicionais, a partir de uma interpretação bio-organicista na qual fenômenos sociais são analisados a partir de leis naturais, são considerados extensão da natureza, uma vez que suas formas de reprodução da vida não suprem as necessidades de produção mercantil-capitalista. Em discurso proferido sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, Juscelino Kubitschek (JK) afirmou o seguinte:

A Amazônia delimitada pela lei ocupa 60% do território nacional, e a sua população, com dados bem aproximados, em 1950, era de 6,83% da total brasileira, com uma densidade demográfica de 0,7 habitante por quilômetro quadrado. É pouco mais ou menos o deserto, um grande tesouro que se acha encoberto. *Estamos diante do drama da terra enigmática à espera da energia humana que a subjogue, discipline e dela faça um fator de enriquecimento do país e da consolidação de sua independência econômica [...]. Com recursos minerais ainda mal conhecidos, mas que as pesquisas já realizadas revelam ser consideráveis*, a Amazônia, das terras atualmente *desabitadas* e inexploradas do globo, é aquela de recuperação e desenvolvimento mais fáceis. Dessa forma, a sua valorização pode ser definida como um esforço nacional para assegurar a sua colonização em um sentido brasileiro, para constituir nesta região uma sociedade economicamente estável e progressista. Foi com essa finalidade que se criou o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, que pretendo ver executado durante meu governo, através de uma política eficiente de crédito, que estimule as atividades econômicas existentes na região e possibilite o investimento de novos capitais (BRASIL, 2009, p. 11, grifos nossos).



Para execução do Plano, era necessário, entre outras coisas, que “os meios de transporte e comunicações atendam às necessidades de circulação de produtos” (Brasil, 2009, p. 13). Assim, com intuito de tirar a Amazônia do “isolamento geográfico”, foi proposta a construção da Rodovia Belém-Brasília, realizada entre 1958 e 1960, como parte do Programa de Metas de Desenvolvimento Econômico de JK. A construção da rodovia atraiu migrantes e levou ao desenvolvimento de núcleos urbanos, conforme informação do terceiro volume do Plano de Metas:

Por toda parte por onde passa a nova estrada estão surgindo povoados, cujos habitantes se dedicam à lavoura e ao comércio, de maneira a mais promissora. Exemplo disso, é a localidade que surgiu a mais de setecentos quilômetros de Brasília e que os goianos batizaram com a denominação de Gurupi [...]. A localidade já conta com uma população de cerca de 8.000 almas e a sua produção de arroz entrou no mercado de Goiás com 60.000 sacas, em 1958. Além de Gurupi, a estrada já está em perfeitas condições por mais de 273 quilômetros, até um novo núcleo que está se formando com a denominação de Cercadinho (BRASIL, 2009, p. 89).

Para além dos logros associados à construção da rodovia, também se agudizaram problemas relacionados à ocupação do território, à grilagem das terras, especulação imobiliária, e violência (ANDRADE, 2019). Posteriormente, no período militar, foi desenvolvido o Programa de Integração Nacional (PIN)⁷ como continuação da estratégia de incorporação econômica da Amazônia. Ele fez parte do Plano de Desenvolvimento Nacional⁸ (1972/74), que procurou

realizar ao máximo o potencial de crescimento representado pelos fatores básicos de que dispõe o país em três principais aspectos: 1) expandindo a fronteira econômica, para tirar partido de nossa dimensão continental; 2) aproveitando ao máximo os recursos humanos, particularmente pela sua melhor qualificação; 3) consolidando a experiência havida com o desenvolvimento do núcleo básico do Centro-Sul e com a industrialização do Nordeste, reveladora de nossa capacidade de criar a base do mercado interno para a expansão da economia (BRASIL, 1971, p. 19).

Se a expansão da fronteira econômica ocorreu em direção à Amazônia, o “aproveitamento máximo dos recursos humanos” significou, entre outras coisas, a mobilização da força de trabalho por meio das migrações e do assalariamento, uma vez que para um “desenvolvimento integrado”, seria necessária a criação “de amplo mercado interno, com maior contingente de população com níveis satisfatórios de produtividade e de renda” (BRASIL, 1970, p. 20). Assim,

A integração nacional, com significado primordialmente econômico-social, destina-se do ponto de vista da demanda, a criar mercado interno, capaz de manter crescimento acelerado e auto-sustentável e, do ponto de vista da produção, a permitir a progressiva descentralização econômica. Isso se fará pelo estabelecimento de pólos regionais no

⁷ Programa governamental instituído pelo Decreto-Lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970, durante o governo do general Emílio Garrastazu Médici.

⁸ Trata-se da Lei nº 5727, de 4 de novembro de 1971.



Sul e no Nordeste, de sentido integrado agrícola-industrial, assim como no Planalto Central e na Amazônia, *notadamente agrícola-mineral* [...]. Realizar-se-á a integração de sentido Leste-Oeste, principalmente para permitir a associação destes fatores, relativamente abundante nas duas áreas: no Nordeste, mão-de-obra não qualificada, e na Amazônia-Planalto Central, terra e recursos naturais. Isso implica a reorientação dos fluxos migratórios, a fim de evitar que se dirijam para o Centro-Sul. A política de integração visa, particularmente desenvolver o Nordeste e ocupar a Amazônia [...] (BRASIL, 1971, p. 25, grifo nosso).

A modernização da agricultura no Nordeste, ligada ao processo histórico de expropriação, promoveu a redução da produção agrícola de subsistência e criou trabalhadores “livres” e “móveis”, os quais deveriam ser mobilizados para a Amazônia, uma vez que era a região com maior carência de força de trabalho em comparação à região Centro-Sul, que já não “absorvia” em seu mercado todo o contingente de trabalhadores que chegavam. Este aspecto fica claro no trecho do documento que se refere ao PIN, o qual propunha, entre outras coisas

A integração do Nordeste com a Amazônia e o Planalto Central, estabelecendo o sistema de vasos comunicantes que permitirá a reorientação dos fluxos de excedentes de mão-de-obra do Nordeste, com seu encaminhamento para aquelas regiões, em programas definidos, com recursos já existentes, e lhes assegurando *níveis de produtividade satisfatórios*. Principalmente para a zona semi-árida - de base física pobre, que corresponde a mais de 50% da área do Nordeste e a mais de 40% de sua população -, criar-se-á alternativa para os *contingentes populacionais inabsorvíveis* na economia rural da região, ou sem oportunidade nos programas de colonização e irrigação a serem implantados nos vales úmidos do próprio Nordeste: São Francisco, Parnaíba, etc. (BRASIL, 1971, p. 28, grifos nossos).

Estes “vasos comunicantes” comporiam a estrutura viária que faria a conexão Leste-Oeste pela rodovia Transamazônica, que começa em Cabedelo (PB) e vai até o município de Lábrea (AM); e Norte-Sul, pela Cuiabá-Santarém (BR-163), em complemento à rodovia Belém-Brasília. O canteiro de obras da Transamazônica foi o local onde se instalaram os primeiros núcleos habitacionais ligados ao PIN, compostos pelas famílias dos trabalhadores da construção da rodovia. Entre 1971 e 1974 “foram trazidas, mediante intensa propaganda e processo de seleção, famílias de várias regiões do Brasil, principalmente das áreas de tensão do nordeste” (MIRANDA, 1990, p. 40).

A construção das rodovias foi um dos mecanismos por meio dos quais se materializou a territorialização do capital, uma vez que facilitou a circulação de mercadorias, dentre elas a força de trabalho. Segundo Monteiro e Silva (2023) a construção das estradas promoveu a superação de barreiras espaciais e a dependência do transporte fluvial, o qual era restrito aos períodos chuvosos e aos trechos não encachoeirados. Eles analisam que a abertura de rodovias promoveu o desenvolvimento de diversos núcleos urbanos. O incremento da infraestrutura viária foi um dos primeiros passos desta etapa de modernização da Amazônia e se tornou a base para a implementação de outras infraestruturas. A rodovia PA-150, por exemplo, foi



“implantada para facilitar o transporte de materiais a serem utilizados na construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí e nas linhas de transmissão de energia elétrica dela derivada” (MONTEIRO E SILVA, 2023, p. 28), além de viabilizar o acesso terrestre entre este trecho da floresta e o porto de Belém (Ibid.). A BR-275, por sua vez, foi construída como parte da infraestrutura necessária à implantação do Programa Grande Carajás, responsável pela atração de grande número de migrantes. Sobre esta questão, os autores trazem os seguintes dados: “Em 1970, a população dessa fração da fronteira era de 87 mil habitantes; em 1980, somava 255 mil; em 1991, 716 mil” (MONTEIRO e SILVA, 2023, p. 30). O impulsionamento do fluxo migratório nestas áreas aumentou a pressão sobre territórios indígenas e de populações ribeirinhas.

A Estrada de Ferro Carajás (EFC) também foi fundamental para o desenvolvimento do PGC. Com mais de 800 quilômetros de extensão, ela foi inaugurada na década de 1980, e conectou os municípios de Parauapebas (PA) e São Luís (MA). O “trem da Vale”, utilizado tanto para o escoamento dos produtos da mineração destinados à exportação, via Terminal Marítimo Ponta da Madeira (MA), quanto para a circulação de trabalhadores entre o Pará e o Maranhão, foi uma via de conexão entre o litoral nordestino e a Amazônia. Dos trabalhadores que chegaram à região de Carajás, a partir da década de 1980, os maranhenses somavam parcela significativa⁹. Além da facilidade proporcionada pelo acesso ao trem, o violento processo de expropriação ocorrido no Maranhão e intensificado após a promulgação da “Lei Sarney de Terras¹⁰” contribuiu para que eles deixassem seus locais de origem. Sob o *slogan* político “Maranhão Novo”, a referida lei compunha projetos mais amplos de modernização do estado. Nas áreas rurais, por exemplo, o objetivo era promover a produção agrícola em larga escala, por meio de políticas de colonização e atração de investimentos. Como resultado, ocorreu intensa concentração fundiária via grilagem, expulsão de populações locais e violentos conflitos (ASSELIN, 2009). Este processo culminou na intensa saída de maranhenses e o sudeste do Pará foi o destino de muitos deles.

A chegada aos “locais de atração”, contudo, não significou a absorção da força de trabalho no mercado formal. No caso da região de Carajás, Castro (1994, p. 458) afirma que houve a formação de um “mercado de trabalho com caráter marcante de emprego precário”. De acordo com a autora, houve momentos de pico e redução de oferta de trabalho nas áreas de

⁹ De acordo com Cruz (2022), de 3.135 pessoas que viviam na região em 1985, 33% eram do Maranhão; 34,7%, de outros estados nordestinos; 11,4% de Goiás; 5,8% do Pará; e o restante era proveniente de outras regiões.

¹⁰ Lei Estadual nº 2.979/69



mineração, siderurgia, construção civil, e indústria madeireira. Destas, a construção civil era uma das que mais sofria oscilações, de maneira que, após prestarem o serviço necessário, muitos trabalhadores eram dispensados e/ou precarizados:

As empresas do setor de construção civil, subcontratadas na fase inicial de construção do Projeto Ferro Carajás, contrataram cerca de 28000 trabalhadores no momento pico da obra. Quando a CVRD estabilizou a produção e exportação de ferro, em 1988, seu quadro funcional estava em torno de 1855 pessoas. Porém a maior parte dos trabalhadores a seu serviço - cerca de 3000 - estavam engajados nas empresas subcontratadas. Observou-se, mesmo, uma progressão da subcontratação - o que não ocorreu com o quadro de funcionários da CVRD - passando a 4300 trabalhadores dois anos mais tarde (1990), distribuídos entre 88 empresas de serviços de pequeno e médio porte. Trata-se de uma terciarização que ocorre passo a passo com a industrialização, como parte do processo de recomposição dos sistemas produtivos e descentralização das atividades (CASTRO, 1994, p. 465).

Esta “terciarização” é um processo típico do modelo pós-fordista de produção industrial e resulta na precarização do trabalhador, o qual é mobilizado para executar diversas atividades:

O processo de terciarização reforça o caráter provisório e precário do emprego nessa região. Ele reduz o trabalhador, em gama considerável de ocupações, a tarefas polivalentes e flexíveis que dificultam de um lado a construção de trajetórias em direção à uma carreira profissional e de outro, o desenvolvimento da identidade de trabalhador em dado processo de produção. Esses dois efeitos se articulam e se retroalimentam. Observa-se que nas empresas do terciário, a condição de força de trabalho descartável, aprofunda-se (CASTRO, 1994, p. 465).

O que até aqui tentamos demonstrar abrange os três aspectos da mobilidade do trabalho elencados por Gaudemar (1977): o de formação da força de trabalho por meio da expropriação; o de sua circulação - espacial, temporal e social; e o de sua utilização, a partir das adaptabilidades exigidas pelo capital e pelas transformações na organização da produção/trabalho. Para Becker (1990c, p. 89), “o movimento da população é produto e produtor das transformações econômicas, sociais e políticas [...]”. A mobilidade do trabalho, segundo a autora, é o “processo espacializado de constituição da força de trabalho pela transformação dos camponeses em trabalhadores assalariados rurais e/ou urbanos, bem como as camadas intermediárias que complementam a configuração capitalista” (BECKER, 1990c, p. 93-94). Ela afirma que para compreender este processo é necessário articular os diferentes níveis espaciais e os atores diversos que os dominam, quais sejam: o capitalismo global, o Estado nacional e o mercado de trabalho regional. Assim, segundo a autora, a mobilização da força de trabalho em direção à Amazônia está ligada ao processo mais amplo de capitalização da agricultura em outras regiões do Brasil que, ao reduzir o tempo de trabalho e torná-lo mais intensivo, determinou a liberação da força de trabalho. Neste contexto, as relações de trabalho se transformam, tanto pela eliminação das formas de pagamento em espécie (aumento absoluto do assalariamento), como pela transformação de trabalhadores permanentes, em temporários.



No espaço de fronteira, no qual o mercado de trabalho é instável e não organizado, segundo a autora, há intensificação da flexibilização e aumento da exploração:

[...] as condições de produção vinculadas à hegemonia do latifúndio-empresa demandam força de trabalho apenas para tarefas determinadas em espaços e períodos de tempo limitados, após o que é liberada. A criação de uma força de trabalho adequada, em termos de capacidade dinâmica, de versatilidade para efetuar várias tarefas e para ter ainda a iniciativa de desenvolver a produção complementar de alimentos, torna-se condição fundamental para organização do mercado de trabalho regional e, portanto, o cerne da estratégia da ocupação regional pelo Estado promotor da mobilização dos fluxos migratórios de todo o território nacional para a fronteira (BECKER, 1990c, p. 93).

A geógrafa afirma ainda que, na fronteira amazônica, a formação do mercado de trabalho não teria ocorrido por meio da “proletarização total”, mas por trabalhadores assalariados móveis e pequenos produtores que mantêm certo vínculo com a terra ao produzirem para subsistência (em regime de meação ou parceria), ao mesmo tempo em que vendem sua força de trabalho em áreas rurais e/ou urbanas. Dessa forma,

a mobilidade não é linear, no sentido de fatalmente transformar o campesinato em proletariado. A mobilidade constitui uma tendência ao assalariamento, incorporando o campesinato à economia nacional e, ao mesmo tempo, corresponde a um limite na dissolução do campesinato e das relações de produção tradicionais. Forma rápida de produzir força de trabalho diferenciada, com baixo custo e capacidade de atender a unidades produtoras com demanda diferenciada, a mobilidade é um processo flexível de mudança na estrutura ocupacional da força de trabalho, cujo grau e ritmo são determinados pelas necessidades de desbravamento e organização da produção da fronteira, de sobrevivência do próprio campesinato e regulados pelas políticas de Estado (BECKER, 1990c, p. 101).

Para a autora, os trabalhadores rurais utilizaram esta “polivalência” como uma maneira de resistir à expropriação, uma vez que mantinham os vínculos com a terra. Consideramos, entretanto, que esta concomitância entre relações modernas e não modernas de produção/trabalho, é característica da modernização em áreas periféricas, como já foi analisado por estudiosos da formação do trabalho no Brasil¹¹. Kurz (1993) analisa que há diferentes tipologias de acumulação primitiva, as quais somente têm em comum

a expulsão violenta, realizada em formas bárbaras dos tradicionais “produtores diretos”, na maioria de proveniência camponesa, de seus meios de produção e as “torturas” por eles sofridas ao serem forçados ao status moderno de trabalhadores assalariados, o qual exige o sistema da mercadoria moderna como status de grandes massas. Produtores de subsistência, no sentido mais amplo, transformam-se em trabalhadores assalariados efetivos ou potenciais e, com isso, em modernos sujeitos mercadoria-dinheiro, ainda que inicialmente de forma muito grosseira, acompanhados de restos e escórias das tradicionais estruturas estamentais pré-capitalistas (KURZ, 1993, p. 189).

¹¹ Um exemplo clássico são as análises de José de Souza Martins em *O cativo da terra* sobre os colonos das fazendas de café em São Paulo.



O autor analisa as diferenças entre os processos de acumulação primitiva da Europa e das “sociedades do Terceiro Mundo”. Segundo ele, no continente europeu, a formação da mercadoria força de trabalho iniciou-se na primeira fase do mercantilismo, contexto no qual “[...] a enorme massa inerte da economia de subsistência, não podia ser transformada em pouco tempo, e isto nem era necessário [...]” (KURZ, 1993, p. 190). Além disso, o desenvolvimento das forças produtivas era mais lento, pois “a penetração das ciências ainda estava nos inícios, até reproduzia por parte do capital, nas palavras de Marx, uma ‘fome canina’ de força de trabalho viva” (Ibid., p. 190). No caso das sociedades do “Terceiro Mundo”, a abertura forçada ao mercado mundial e a exigência de uma produtividade elevada impedia que a acumulação primitiva se efetivasse completamente. Assim, “ficou parada na metade do caminho, isto é, depois de desarraigar as massas, deixou de integrá-las na moderna máquina de exploração em empresas” (KURZ, 1993, p. 194).

Becker (1990c, p. 103) observa que “o desenvolvimento da tecnologia moderna, procurando substituir trabalho vivo pela mecanização, sugere uma nova contradição, aquela entre a necessidade de reter população no campo e a circulação da força de trabalho”. Para ela, entre as décadas de 1970 e 1990, a reorientação dos fluxos migratórios para as áreas de fronteira havia sido capaz de remediar situações de escassez/abundância em diferentes áreas do território. Contudo, esta mobilidade já havia alcançado seus limites, sendo necessário “reduzi-la, mantendo-a apenas no nível regional e até mesmo limitando a reprodução da força de trabalho via controle de natalidade” (BECKER, 1990c, p. 103). Esta afirmação indica que haveria uma tendência ao aumento do número de “inabsorvíveis” - ainda que discordemos que o controle de natalidade seria a solução para tal questão. A modernização capitalista, assim, é posta ante seus limites, uma vez que não demanda com a mesma intensidade a mobilização da força de trabalho, ao contrário a torna cada vez mais uma desnecessidade.

O período analisado por Becker (1990b) tem como referência o momento de implantação do Programa Grande Carajás, contexto no qual, embora a mobilização de trabalhadores tenha sido elemento indispensável para a viabilização da exploração minerária, esta necessidade era temporária e instável. O atual processo de ampliação do Programa ocorre em um momento em que a racionalização e a automatização “estabeleceram novas condições irreversíveis de rentabilidade nas quais começou a manifestar-se, pela primeira vez, o limite lógico inerente ao movimento de exploração abstrata da força de trabalho” (KURZ, 1993, p. 191). Diante disso, nos indagamos sobre as maneiras pelas quais os trabalhadores são afetados e sobre a atualidade e pertinência do conceito de mobilidade do trabalho - tal como formulado por Gaudemar (1977) - para escrutinar a modernização da Amazônia contemporânea.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar a modernização da Amazônia implica refletir, por meio da interação entre diferentes escalas, sobre a reprodução das relações de trabalho. Na escala da totalidade, partimos da expansão global da territorialização do capital em direção à sua materialização na forma político-administrativa dos Estados nacionais. Inserido na Divisão Internacional do Trabalho, o Estado nacional brasileiro é formado a partir de uma “divisão territorial do trabalho”, marcada por “momentos particulares da territorialização da forma elementar do capital: a mercadoria” (HEIDEMANN; TOLEDO; BOECHAT, 2014, p. 58). Em países de modernização retardatária como o Brasil, as formas do moderno não apenas se confundem com formas não-modernas, não capitalistas, como delas se nutrem. A chave de apreensão desse movimento pode estar na diacronia própria à modernização capitalista, algo que Francisco de Oliveira (2003), ao teorizar a modernização brasileira, chamou de “ornitorrinco”.

Na particularidade amazônica, periferia da periferia mundial e fronteira de expansão do capital, o encontro entre o mundo da mercadoria e da não mercadoria acontece de maneira acelerada, num contexto territorial no qual o processo local de expropriação e assalariamento se intensifica, ao mesmo tempo em que para lá é mobilizada a força de trabalho excedente de outras regiões do país. É deflagrada, assim, a “integração nacional”, territorialmente viabilizada pela implementação da infraestrutura viária e energética e, socialmente, pela mobilização violenta do trabalho, ainda que na forma de uma “proletarização incompleta”. Os exemplos do Programa Grande Carajás e da construção das rodovias Belém-Brasília e Transamazônica além da Estrada de Ferro Carajás, apresentados neste texto, elucidam bem esta questão.

A análise da contextualização histórico-geográfica nos aponta que o processo de modernização da Amazônia acontece ao mesmo tempo em que, a nível global e nacional, a sociedade do trabalho começa a apresentar seus limites, uma vez que a reprodução do capital já não demanda com a mesma intensidade a força de trabalho. Em outras palavras, a reprodução do capital passa a ser marcada pela expulsão massiva de trabalho vivo do processo produtivo e pela determinação do capital fictício sobre esse mesmo processo. Neste contexto, as formas de territorialização do capital demandam não apenas a produção do espaço (LEFEBVRE, 2013), mas também certa ficcionalização dessa produção do espaço (PITTA; BOECHAT; MENDONÇA, 2017) ou a ficcionalização do espaço mesmo (BONIFÁCIO, 2025).

O novo giro no parafuso da modernização amazônica - marcado não apenas pelo Programa Novo Carajás, mas também pela iminente exploração de petróleo na foz do Rio Amazonas - coabita o universo da agudização do garimpo ilegal em territórios indígenas. Dados



da Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2022), apontam os garimpeiros como sendo um dos principais protagonistas de ações violentas no campo brasileiro, ao passo que os povos e comunidades tradicionais representam a categoria que mais sofre com ações violentas no mesmo contexto, com especial relevo à região amazônica. O mesmo levantamento indica que entre 2011 e 2021 houve um aumento de 80000% nos conflitos violentos motivados pelo garimpo no Brasil.

Neste cenário, como pensar a mobilidade do trabalho? Se por um lado, o narcogarimpo¹² mobiliza um intrincado aparato que conta com a mobilização de trabalho complexo, como por exemplo a de pilotos de avião (CHAGAS, 2024), por outro, conta com a força de trabalho dos garimpeiros mormente expulsa (ou não absorvida) de setores “formais” da economia. Configuração que coloca em conflito trabalhadores precarizados – atuando não raramente a serviço de grandes capitais que dificilmente são identificados, dada a ilegalidade das atividades – e povos originários; ao mesmo passo que aprofunda a degradação ambiental na Amazônia. Estes aspectos, somente apontados nas considerações que encerram este texto, indicam algumas das questões e encaminhamentos que se desenham para a continuidade da pesquisa.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves. Programa de Integração Nacional (PIN). S/d. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/programa-de-integracao-nacional-pin>, acesso: 22/02/2017.

ALMEIDA, A. W. B. de. **Antropologia dos Archivos da Amazônia**. Rio de Janeiro. Casa 8/Fundação Universidade do Amazonas. 2008. Disponível em: <http://novacartografiasocial.com.br/download/antropologia-dos-archivos-da-amazonia/>. Acesso em: 19/01/2025.

ANDRADE, R. de P. Vencidas a distância e a floresta!: A transbrasiliana e a Amazônia desenvolvimentista. **Tempo**. Niterói. vol. 25, nº2, Mai/Jul de 2019. pp. 364-381. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-4384-5105>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/kKtNtz9YZndkj8XJ4mhg8bR/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 14/08/2025

ASSELIN, V.. **Grilagem**: corrupção e violência em terras do Carajás. Imperatriz, MA: Ética, 2009.

BECKER, B. A fronteira em fins do século XX: oito proposições para um debate sobre a Amazônia. in: BECKER, B. MIRANDA, M. H. P.; MACHADO, L. O. **Fronteira amazônica**:

¹² Segundo Chagas (2024), o termo narcogarimpo foi utilizado pela polícia federal brasileira para tratar da Operação *Narcos Gold*, deflagrada em novembro de 2021, que evidenciou conexões entre o tráfico de drogas e atividades de garimpagem na região do Tapajós. Para o autor, a expressão “parece ser uma noção instrumental que permite destacar as afinidades eletivas entre o narcotráfico e a garimpagem, ressaltando a capacidade de adaptação do primeiro às realidades sociais locais e sua habilidade em diversificar suas atividades econômicas” (p.94).



questões sobre a gestão do território. Brasília: Editora da Universidade de Brasília. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990a. pp. 15-28

_____. Gestão do território e territorialidade na Amazônia: a CVRD e os garimpeiros na província mineral de Carajás. in: BECKER, B. MIRANDA, M. H. P.; MACHADO, L. O. **Frenteira amazônica: questões sobre a gestão do território**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990b. pp. 197-214.

_____. Migração, urbanização e mobilidade do trabalho. in: BECKER, B. MIRANDA, M. H. P.; MACHADO, L. O. **Frenteira amazônica: questões sobre a gestão do território**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990c. pp. 89-106

BOECHAT, C. A. Mobilidade do trabalho no Brasil: a recepção da obra de Jean-Paul de Gaudemar e uma perspectiva crítica para os estudos migratórios. In: XVI Simpósio Nacional de Geografia Urbana - SIMPURB, 2019, Vitória. **Anais do XVI SIMPURB**. Serra: Milfontes, 2019. v. 01. p. 1197-1216. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/simpurb2019/article/view/26647>. Acesso em: 31/07/2025

_____. Uma territorialização da crítica valor dissociação. in: BOECHAT, C. A. (org.). **Os sentidos da Modernização: ensaios críticos sobre formação nacional e crise** [Recurso Eletrônico]. Vitória. EDUFES; Rio de Janeiro MC&G, 2022. pp. 20-26

BONIFÁCIO, F. R. A ficcionalização do espaço: uma hipótese sobre e a partir da mobilização do capital na agroindústria brasileira contemporânea. **Boletim Paulista de Geografia**, 1(113), 7-35, 2025.

BRASIL. **Discursos selecionados do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961)**. Brasília. Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. Disponível em: https://funag.gov.br/loja/download/628-Discursos_jk.pdf. Acesso em 14/08/2025.

_____. **I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) - 1972/74**. Disponível em: <https://sistema.planalto.gov.br/sophia/>. Acesso em: 18/07/2025

_____. Programa de Metas do Presidente Juscelino Kubitschek. Vol 3. **Estado do Plano de Desenvolvimento econômico em 30 de setembro de 1959**. Rio de Janeiro. 1959. Disponível em: <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/777/33>. Acesso em: 14/08/2025.

CASTRO, E. Processos de trabalho e relações de poder no Carajás. in D'INÇAO, Maria Ângela; SILVEIRA, Isolda Maciel da (orgs.). **A Amazônia e a crise da modernização**. Belém. Museu paraense Emílio Goeldi, 1994. pp. 457-472

CHAGAS, R. O “narcogarimpo” na Terra Indígena Yanomami. **Boletim de análise político institucional** n.36, 91-100. 2024.

CPT [Comissão Pastoral da Terra]. **Conflitos no campo Brasil 2021**. Goiânia: CPT Nacional, 2022.

GAUDEMAR, J.P. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Estampa, 1977.



HEIDEMANN, H. D.; TOLEDO, C. de A.; BOECHAT, C. A. O trabalho no Brasil: traçado interpretativo de sua história de formação e de sua crítica. **Estudos Avançados**, v.28, p. 55-67, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/83894> . Acesso em: 28/06/2024.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15819-amazonia-legal.html?=&t=saiba-mais> . Acesso em 20/01/2025

KURZ, R. **Dinheiro sem valor**: linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política. Lisboa: Antígona, 2014.

_____. **O Colapso da modernização**: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1993.

LEFEBVRE, H. **La producción del espacio**. Madrid: Alcobendas, 2013.

LOURENÇO, C.. Entrevista Claudinei Lourenço. **Boletim Paulista De Geografia**, (91), 63–74, 2011 . Disponível em: de <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/705>. Acesso em 18/12/2024.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

MIRANDA, M. Colonização oficial na Amazônia. O caso de Altamira. in: BECKER, B. MIRANDA, M. H. P.; MACHADO, L. O. **Fronteira amazônica**: questões sobre a gestão do território. Brasília: Editora da Universidade de Brasília. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990. pp. 35-46

MONTEIRO, M. de A.; SILVA; R. P., da. Expansão geográfica, fronteira e regionalização: A região de Carajás. in: MONTEIRO, M. de A. (org.). **Amazônia**. A região de Carajás. NAEA editora. Belém, 2023.

OLIVEIRA, F. de. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, F. de. A reconquista da Amazônia. in D'INÇAO, M. A.; SILVEIRA, I. M. da (orgs.). **A Amazônia e a crise da modernização**. Belém. Museu paraense Emílio Goeldi, 1994. pp. 85-96.

PITTA, F. O crescimento e a crise da economia brasileira no século XXI como crise da sociedade do trabalho: bolha das commodities, capital fictício e crítica do valor-dissociação. In: **Revista Sinal de Menos**, n.14, v.1, 2020.

PITTA, F., BOECHAT, C. e MENDONÇA, M. L. A produção do espaço na região do MATOPIBA: violência, transnacionais imobiliárias agrícolas e capital fictício. In: **Estudos Internacionais** v.5 n.2, p.155 – 179, 2017.

SOARES, L. D. G. **O continente que virou uma nação?** Aspectos do Brasil e da Geografia Brasileira nos textos de Aroldo de Azevedo. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFMG. Belo Horizonte, 2020.